

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Henrique de Freitas Chimenes Gil

**Pensamento Geopolítico Brasileiro: Golbery do Couto e Silva, Mário Travassos e  
a Bacia do Prata**

São Paulo

2017

Henrique de Freitas Chimenes Gil

**Pensamento Geopolítico Brasileiro: Golbery do Couto e Silva, Mário Travassos e a Bacia do Prata**

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro

São Paulo

2017

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.: Wagner Costa Ribeiro (orientador)

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.:

Instituição:

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.:

Instituição:

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos meus pais com amor, admiração e gratidão por seu apoio, carinho e presença ao longo do período de elaboração deste trabalho.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, pela confiança depositada, orientação e oportunidade de aprendizado.

Aos membros do Grupo de Estudo do Laboratório de Geografia Política pelas discussões realizadas e conselhos que ajudaram bastante na execução deste trabalho.

Aos meus pais Miguel Izildo Chimenes Gil e Lucia Helena de Freitas pelo apoio fundamental dado em muitos momentos.

Aos amigos (não dará para nomear todos) que criei neste seis anos de graduação e que foram essenciais para levar a vida acadêmica.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) pela estrutura e apoio oferecido para a realização do trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da bolsa e financiamento do projeto.

## EPÍGRAFE

*A política de um Estado está em sua geografia (Napoleão Bonaparte)*

## RESUMO

GIL, H.F.C. **Pensamento Geopolítico Brasileiro:** Golbery do Couto e Silva, Mário Travassos e a Bacia do Prata. 49 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a “Escola Brasileira de Geopolítica” durante a primeira metade do século XX no que tange a sua atuação na Bacia do Rio da Prata por meio da ação de sucessivos governos. Defende – se que tal “escola” por meio de seus principais expoentes logrou êxito ao propor ações que tinham como intuito superar a Argentina enquanto país preponderante na América do Sul. Como consequência elencamos dois destes autores como fundamentais e norteadores, quais sejam, Golbery do Couto e Silva e Mário Travassos, já que em seus trabalhos há uma clara preocupação com esta área do continente, além de elencarem propostas que foram realizadas pelo Estado brasileiro notadamente nos anos 1970 do qual o exemplo máximo é a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu em conjunto com o Paraguai, além disso observaremos as tensões que envolvem a Argentina nas negociações sobre esta obra. Desta forma destacamos que as assinaturas do Tratado de Itaipu em 1973 e do Acordo Tripartite em 1979 representam a consecução dos projetos destes dois autores, na Bacia do Rio Prata. Palavras – chave: Itaipu; Geopolítica; Brasil; Paraguai; Argentina; Mário Travassos; Golbery do Couto e Silva.

## ABSTRACT

GIL, H.F.C. **Brazilian Geopolitical Thought**: Golbery do Couto e Silva, Mário Travassos e a Bacia do Prata. 49 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The main objective of this work is to analyze the "Brazilian School of Geopolitics" during the first half of the 20th century regarding its activities in the Rio de la Plata Basin through successive governments. It is defended that this "school" through its main exponents was successful in proposing actions that had an intention to overcome Argentina as a preponderant country in South America. As a result of we have listed two of these authors as fundamental and guiding, namely, Golbery Couto e Silva and Mário Travassos, since in their works there is a clear concern with this area of the continent, besides listing proposals that were carried out by the Brazilian State, notably in the 1970s, of which the main example is the construction of the Itaipu Hydroelectric along with Paraguay. On the other hand we will observe the tensions that involve Argentina in the negotiations on this work. In this way we emphasize that the signatures of the Treaty of Itaipu in 1973 and the Tripartite Agreement in 1979 represent the achievement of the projects of these two authors, in the River Plate Basin.

Keywords: Itaipu; Geopolitics; Brazil; Paraguay; Argentina; Mário Travassos; Golbery do Couto e Silva.



## **Lista de Ilustrações**

<b>Figura 1 Bacia do Prata .....</b>	<b>13</b>
<b>Figura 2 Mapa Mário Travassos .....</b>	<b>41</b>
<b>Figura 3 Mapa Golbery do Couto e Silva.....</b>	<b>42</b>

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE GOLBERY E TRAVASSOS .....	14
CAPÍTULO 2 - QUESTÕES ACERCA DA GEOGRAFIA POLÍTICA E GEPOLÍTICA.....	24
CAPÍTULO 3 – TRAVASSOS E COUTO E SILVA NA BACIA DO PRATA.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

## INTRODUÇÃO

A inquietação inicial que deu origem a este trabalho é o olhar que a Geopolítica realizada dentro do Círculo Militar Brasileiro teve com relação a Bacia do Prata, pois ela foi o principal foco de preocupação das Forças Armadas até os anos 1980. Desta maneira a pergunta que constituiu a gênese para a execução da pesquisa foi: Qual a relação da Geopolítica formulada pelo Estado – maior brasileiro com a atuação de sucessivos governos na Bacia do Prata?

Após uma pesquisa mais acurada sobre os vários nomes que formam esta “escola” de Geopolítica optamos por executar a pesquisa a partir de dois nomes basilares na construção desta disciplina devido ao destaque que eles dão em suas discussões para as questões relativas a Bacia do Prata. Assim, com relação aos autores que são o objeto de estudo deste trabalho é necessário fazer uma breve introdução para compreender melhor as implicações de suas obras.

Mário Travassos se insere nos anos 1930 em um contexto de fortalecimento do Estado brasileiro durante a Era Vargas. Outro ponto importante a ser destacado é que sua principal obra, e que foi referência para a realização deste texto, *Projeção Continental do Brasil (1931)*, foi um dos primeiros livros de Geopolítica publicados no Brasil, além disso ele teve traduções para o espanhol e foi publicado na Argentina pouco tempo depois de sua primeira edição.

Por outro lado, é importante ser destacado em sua obra a influência dos autores clássicos que construíram a Geopolítica, notadamente Mahan e Mackinder. Para este o poder terrestre é o primordial, enquanto que para aquele o poder mais importante é o marítimo. Na obra de Golbery do Couto e Silva também veremos uma influência dos geopolíticos clássicos, notadamente os autores citados acima.

O pensamento de Golbery do Couto e Silva representa um reflexo da conjuntura própria da Guerra Fria, já que nele encontramos um anticomunismo latente. Como decorrência deste pensamento, ele faz uma defesa dos “valores ocidentais” e para sua manutenção é necessário uma aliança estratégica com os Estados Unidos para a defesa do Atlântico Sul, contra o “imperialismo comunista de origem exótica” (COUTO E SILVA, 1981, p.52). A Doutrina de Segurança Nacional que permeia os estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), do qual Golbery é um dos principais idealizadores, será a força motriz para a realização do Golpe Militar de 1964.

Nesta perspectiva a compreensão da relação entre Brasil e Argentina constitui o alvo principal das análises, tanto na obra Golbery do Couto e Silva quanto naquela de Mário Travassos. Ambos possuem preocupações com o Paraguai e a Bolívia, países mediterrâneos e que nas suas concepções são pontos de convergência de interesses entre as duas principais forças na América do Sul.

Este trabalho dará mais ênfase nas relações com o Paraguai, contudo no livro anteriormente citado de Mário Travassos há uma preocupação maior com o papel da Bolívia enquanto carreadora dos antagonismos postos no continente sul - americano e que serão examinados durante a execução deste trabalho. Em Golbery, além da Bolívia presencia - se uma inquietação com o Paraguai como ponto de convergência das oposições encontradas no continente.

No que se refere ao subsistema platino temos que destacar que se trata da área mais conturbada do continente. Como ponto de fricção entre os Impérios Português e Espanhol, tal situação foi transpassada para os dois principais países do Continente, no caso Brasil e Argentina. Exemplo disso é a construção da Colônia de Sacramento que possui como pano de fundo a ocupação do Rio da Prata (BANDEIRA, 1995). Durante o século XIX houve uma série de desentendimentos e conflitos nesta porção do continente em um momento em que os Estados nacionais estavam em formação. A Guerra do Paraguai, maior conflito armado sul - americano tem como causa a disputa em torno de quem seria a principal potência nesta porção da América.

No Brasil, a Bacia do Rio da Prata se localiza na região mais industrializada e povoada do país, desta forma constitui aquela que mais necessita de recursos hídricos, particularmente energia elétrica. Além de Itaipu (12.600 MW), outros grandes projetos hidrelétricos ocorreram nesta área, como por exemplo, Ilha Solteira (3.444 MW) e Jupiá (1.551 MW), todas localizadas no Rio Paraná.

Para o Paraguai, a Bacia do Prata, pode ser utilizada para estimular seu desenvolvimento. Desta maneira

A construção de duas hidrelétricas binacionais: Yaciretá (Argentina – Paraguai) e Itaipu (Brasil – Paraguai) demonstram que o internacional pode ser despertado e conseqüentemente aumentar a entrada de recursos e investimentos externos. Internamente, o governo paraguaio poderia utilizar esse potencial hídrico como pilar de um projeto nacional de desenvolvimento e com mais ousadia propor uma real integração regional, com seus vizinhos sul – americanos, a partir da riqueza gerada por estes recursos (LOPES, 2013, p. 62).

Por último, o desenvolvimento argentino se deu por meio do Rio da Prata. A localização de Buenos Aires na confluência do Oceano Atlântico com o Rio da Prata é uma prova disto com a instalação de importante porto, já que nele eram transportados mercadorias de vários países do Cone Sul. Outro ponto importante a ser destacado diz respeito aos rios enquanto demarcadores de fronteiras com o Paraguai e o Brasil.

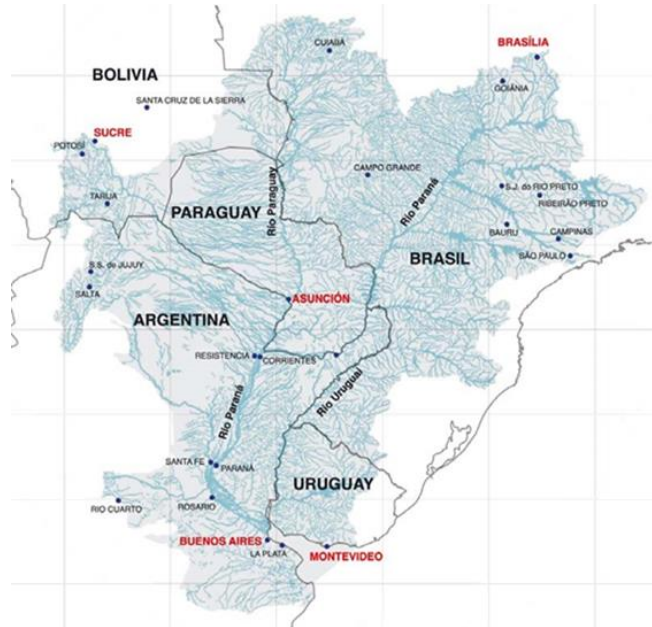
Desta forma é necessário analisar as relações envolvendo os Estados que constituem esta Bacia Hidrográfica, que sem dúvida nenhuma é de importância crucial para a integração e desenvolvimento da América do Sul. As relações envolvendo Brasil, Argentina e Paraguai, devido ao objeto de análise deste projeto, serão examinadas de forma mais pormenorizada, contudo o tema é bastante extenso e envolve outros aspectos para estudo. Por último outros autores oriundos das Forças Armadas também forneceram subsídios para uma ação do Brasil nesta porção do continente, mas que não serão abordados no presente trabalho.

Não obstante, o presente trabalho tem como objeto de análise o pensamento geopolítico realizado pelo Estado – maior brasileiro durante a primeira metade do século XX. Após uma análise mais atenta dos autores que construíram esta “escola” optamos por estudar a obra de Golbery do Couto e Silva e Mário Travassos devido a sua importância para a execução de um projeto de poder na Bacia do Rio da Prata que tinha o intuito de tomar a dianteira como principal potência do continente em contraposição a Argentina.

Ele foi ancorado em autores oriundos da Geografia Política e da Geopolítica, assim como da Ciência Política, das Relações Internacionais e do Direito. Esta multiplicidade de trabalhos nestas áreas do conhecimento permite observar que apesar dos autores se inserirem como geógrafos, suas formulações transcenderam o eixo de atuação da Geografia o que é muito positivo e demonstra quanto o pensamento deles é importante e gera inquietações.

Portanto, esse texto foi elaborado a partir da leitura e interpretação de obras dos autores selecionados bem como de seus comentadores. Além disso, ele procurou articular uma literatura que envolve distintos campos do conhecimento a partir da geopolítica para colaborar na apreensão da visão da “Escola” Geopolítica do Brasil.

Figura 1 – Bacia do Prata



Fonte: CIC, p. 14, 2011.

## **CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE GOLBERY E TRAVASSOS**

Neste capítulo inicial apontaremos questões referentes à bibliografia e também a biografia dos autores que constituem o corpo de estudo deste trabalho. Antes de falar propriamente da Bacia do Prata e a importância que ela desempenhou, tanto na obra de Mário Travassos, quanto de Golbery do Couto e Silva, temos que analisar o contexto em que eles escreveram suas obras. Apesar destes dois autores terem produzido suas obras em momentos distintos há que se destacar suas influências para a realização delas. Assim, em um primeiro momento ressaltamos que Mário Travassos escreveu a principal obra em 1931, portanto pouco depois do Golpe de 1930 quando Getúlio Vargas ascendeu ao poder, enquanto Golbery está inserido nos anos 1950 em um momento de acirramento da Guerra Fria entre Estados Unidos da América e União Soviética.

Mário Travassos nasceu no dia 20 de janeiro de 1891, na cidade do Rio de Janeiro, e faleceu na mesma cidade, no dia 20 de julho de 1973. Ingressou na Escola Militar de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 1908, saindo Aspirante em 2 de janeiro de 1911, fazendo brilhante carreira militar até o generalato. 2º Tenente, em 1915, 1º Tenente, em 1920, Capitão, em 1925, Major, em 1933, Tenente-Coronel (por merecimento), em 1938, Coronel (por merecimento), em 1941, General de Brigada, em 1946, General de Divisão, em 1951 e General de Exército, em 1952, posto em que foi transferido para Reserva. Posteriormente à sua transferência para a Reserva, foi promovido a Marechal.

Teve os seguintes comandos: Participou da Campanha do Contestado, 1914/1915; Comandante do 8º BC - São Leopoldo, em Rezende, 1939. Serviu no Estado-Maior do Exército, 1940, Professor da Escola de Estado Maior, 1941, Comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Ceará, 1942/1943, Comandante da Escola Militar do Realengo, 1943/1944, Comandante do Depósito do Pessoal da FEB, embarcando para a Zona de Operações de Guerra, em Nápoles, na Itália, de 1944 a 1945.

São suas comissões como Oficial-General: Comandante da 5ª Região Militar, 1947, Comandante do CAER, 1948, Diretor de Ensino do Exército, onde realizou vários Simpósios e Seminários para reforma total do ensino no Exército. Juntamente com o General José Pessoa, criou a Academia Militar de Agulhas Negras, tendo sido o seu 1º Comandante, e, com o mesmo companheiro, foi designado para indicar o local onde deveria ser construída a nova Capital do Brasil (Brasília).

Com relação a sua obra devemos destacar que seu livro *Projeção Continental do Brasil*, lançado em 1931 representa a obra seminal da Geografia Política realizado neste país. Esta obra representa um verdadeiro tratado sobre a geografia da América do Sul e mais especificamente do Brasil, a partir de um panorama bastante interessante que envolve a oposição entre Oceano Atlântico x Oceano Pacífico e aquela que envolve a Bacia Amazônia e a Bacia do Prata.

Desta maneira, começaremos por abordar o momento em que Mário Travassos realizou tal obra. Conforme afirmado no parágrafo anterior, aquele momento representa uma reorganização das forças políticas no Brasil por meio da ascensão de Getúlio Vargas ao poder. O Movimento Tenentista, do qual Mário Travassos fez parte, foi um dos principais artífices e apoiadores do novo regime e uma de suas principais reivindicações era a profissionalização das Forças Armadas.

De uma forma breve podemos colocar o Movimento Tenentista como originário da insatisfação de determinadas camadas da sociedade com a República Oligárquica nos anos 1920, notadamente as classes médias urbanas inclusas aí a pequena burguesia, os profissionais liberais, os empregados privados e os servidores públicos civis e militares. Para Bresser – Pereira (2015, p. 96), “o tenentismo foi o fenômeno político mais significativo dos últimos anos da Primeira República”.

Outro ponto importante a ser destacado é que Getúlio Vargas, ao longo do seu primeiro mandato, se posicionou favoravelmente ao grupo tenentista e abandona o outro grupo que deu sustentação a “Revolução de 1930”, no caso os liberais. Vale destacar então que tal grupo possuía características similares ao governo de Getúlio Vargas, como o autoritarismo e o nacionalismo, necessários para promover a industrialização no Brasil. Penha (1993, p. 56) argumenta que

Com relação às Forças Armadas, sem serem propriamente um instrumento de poder de Getúlio Vargas, tiveram durante o Estado Novo um papel fundamental na consecução das políticas implementadas. O próprio crescimento do Exército, ao longo da década de 30, implicou a queda das milícias estaduais, tornando – se, posteriormente, um importante avalista final no controle político dos estados, atuando nesse particular como árbitro do regime. Por outro lado, desempenhou um papel igualmente ativo, através de seus quadros técnicos, de *policy – makers*, notadamente na formulação e implementação das decisões e planos relativos ao desenvolvimento industrial.

Segundo Miyamoto (1981b), a obra de Mário Travassos está situada em um momento de nascimento da Geopolítica a nível mundial. Os autores que se tornaram



clássicos para o desenvolvimento desta disciplina tinham recentemente lançado as principais obras, como Mackinder com o seu conceito de *heartland*, fundamental para entender o pensamento do autor brasileiro, como veremos posteriormente na exposição deste trabalho. Deste modo, “a análise de Travassos constitui - se seguramente no primeiro trabalho que projetou o país para um quadro mais amplo, a nível continental, apoiando – se exclusivamente nos contrastes de sua formação geográfica” (MYIAMOTO, 1981b, p.71). A dificuldade com relação ao idioma constituiu um problema para a propagação da Geopolítica no Brasil, pois quase nada dos grandes nomes deste campo de estudo tinha sido traduzida naquele momento. Desta forma

Suas preocupações [de Mário Travassos] estavam voltadas exclusivamente para o papel que o país desempenha no continente latino – americano. Trata – se, por excelência, de uma análise geopolítica do território nacional. Precisamente aqui ele se diferencia dos outros autores. Sua análise é focada unicamente nas potencialidades geográficas que o território apresenta. São os fatores geográficos que constituem os elementos essenciais à compreensão do complexo geopolítico sul – americano. (MIYAMOTO, 1981b, p.65)

A partir disto, “Travassos também se afastava das características medianas dos oficiais do Exército Brasileiro da primeira metade do Século 20 como alguém que mantinha uma perspectiva cultural e política de seu contexto profissional, embora comportando questionamentos”. (VIEIRA, 2005, p. 57) Verificamos esta afirmação a partir da sua preocupação com a integração territorial brasileira por meio do desenvolvimento dos meios de transporte. Este fato possui extrema importância para industrialização ocorrida no Brasil naquele período, pois permitiu uma comunicação melhor entre as partes de seu território.

O Plano Nacional de Viação, lançado em 1934, constituiu elemento importante para a formulação de seu plano, que se baseia no aproveitamento das linhas naturais de circulação, além da necessidade de uma conjugação entre os diferentes meios de transporte. As linhas naturais de circulação constituem acidentes geográficos em que ocorre o deslocamento de pessoas, assim elas “relacionam os fatos humanos as expressões geográficas, por isso que é por meio do equipamento daquelas linhas em vias de comunicação, pelo emprego judicioso dos meios de transportes, que se manifestam aquelas atividades.” (TRAVASSOS, 1942, p. 28) Desta forma, um dos motivos pelo qual o “triângulo estratégico boliviano” constitui área estratégica para o controle da América do Sul é a convergência das linhas de menor resistência para esta zona. Assim

[...] Travassos fornece elementos importantes para a implantação de uma política territorial por meio de redes de transporte com amplitude nacional, que permitam o estabelecimento de comunicações entre as regiões brasileiras. E para o povoamento das regiões do interior isoladas entre si, cujos laços com o governo central deixam a desejar do ponto de vista de uma unidade política e territorial consistente. Paralelamente, ele mostra que a política territorial é uma das armas mais conseqüentes para transformar em realidade a ambição brasileira de exercer hegemonia na América do Sul (VLACH, 2012, p.4).

Como apontado anteriormente, em 1942 ele escreve *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras* que representa uma extensão das ideias postas em *Projeção Continental do Brasil*. Neste livro ele propõe um plano de circulação plurimodal baseado nas linhas de menor resistência dentro do território, logo através destas análises observamos que este complexo plano tinha como pressuposto ter o controle sobre o “triângulo estratégico boliviano”, como apontaremos posteriormente neste trabalho. Desta forma

Reduzido em seus elementos, o plano de Travassos concebe um modelo de integração continental baseado na implantação de infraestrutura que explicita os seus compromissos com uma política de poder brasileira: nele temos a integração ao Brasil, da Bolívia, Peru, Chile, Paraguai e Uruguai em detrimento da Argentina, a quem Travassos faz questão de apontar como adversário (MARTINS, 2011, p. 49).

Outro ponto a ser destacado em Travassos foi sua participação na construção de Brasília, porque ele foi um dos responsáveis por indicar o local onde seria construída a futura capital do Brasil. A interiorização da capital brasileira atendia aos pressupostos da “Marcha para o Oeste”, além de controlar o “Triângulo Estratégico Boliviano”. Assim

Tido por alguns autores como inspirador máximo dos programas de Getúlio Vargas (sobretudo da célebre Marcha Para o Oeste), Travassos preconizava a necessidade de adoção, pelos poderes públicos, de uma estratégia de interiorização política, econômica e demográfica (atenuadora do vazio populacional) inserida, por sua vez, numa potenciação do papel dos portos marítimos como elementos integradores do conjunto continental. (FREITAS, 2004, p. 17)

Quando olhamos a trajetória de Golbery do Couto e Silva percebemos uma maior participação pública, com relação a Mário Travassos, entretanto a obra deste representa um verdadeiro tratado de geografia sul – americano, enquanto aquele é um ideólogo do Regime Militar, o qual ajudou a implementar, portanto observaremos mais adiante que a obra de Travassos exerceu influência em Golbery. Como personagem onipresente, desde os anos 1950, atentaremos agora para sua

biografia. Golbery do Couto e Silva nasceu na cidade de Rio Grande (RS) no dia 21 de agosto de 1911, filho de Jacinto do Couto e Silva.

Realizou seus primeiros estudos no Ginásio Lemos Júnior em sua cidade natal, ingressando em abril de 1927 na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Saiu aspirante-a-oficial em 22 de novembro de 1930, sendo logo em seguida indicado para servir no 9º Regimento de Infantaria (9º RI), em Pelotas (RS). Promovido a segundo-tenente em junho de 1931, foi transferido para o quartel-general da 6ª Brigada de Infantaria e, um ano depois, poucos dias antes de eclodir a Revolução Constitucionalista em São Paulo, alcançou patente de primeiro-tenente, passando então a servir na Diretoria de Material Bélico, no Rio. Chegando ao posto de capitão em maio de 1937, foi deslocado para a secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional e daí, enviado para Curitiba, com a missão de servir na Infantaria Divisionária da 5ª Região Militar (ID/5), sediada naquela cidade. Dali foi transferido em 1940 para o 13º Batalhão de Caçadores, aquartelado na cidade catarinense de Joinville.

Ingressou na Escola de Estado-Maior do Exército em dezembro de 1941, concluindo o curso em agosto de 1943, quando então foi designado para o estado-maior da 3ª Região Militar (3ª RM), sediada em Porto Alegre. Um ano mais tarde viajou aos Estados Unidos para estagiar em Fort Leavenworth, como etapa preparatória para agregar-se às unidades da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que, desde julho, já combatiam na Itália. Após o término do curso, seguiu para o front como oficial de informações.

Na sua volta em 1945 ele serviu na 3ª Região Militar no Sul e posteriormente em 1946 voltou ao Rio de Janeiro para servir ao Estado – Maior do Exército. Após isto ele vai ao Paraguai e em 1951 ele é promovido a tenente – coronel. Em 1952, ele se torna adjunto no Departamento de Estudos da Escola Superior Guerra, em que ele expõe sua tese sobre o binômio segurança e desenvolvimento. Tal formulação seria fundamental para o programa da ESG. Interessante notar que o mecanismo de desenvolvimento proposto por esta instituição pressupunha uma associação do Estado com a iniciativa privada a partir do apoio de uma elite tecnocrática, civil e militar, comprometida com os “objetivos nacionais permanentes”. Voltaremos ao tema da ESG neste capítulo.

Durante a crise política de 1954, que culmina no suicídio de Getúlio Vargas, Golbery do Couto e Silva redige o Manifesto dos Coronéis que demonstrava a insatisfação de determinados setores dentro do Exército com as medidas tomadas naquele governo, notadamente o aumento de 100% no salário mínimo executada pelo Ministro do Trabalho, João Goulart. Vale ressaltar que neste período a ESG aprimorava sua doutrina. Após este acontecimento, ele intensifica a atuação no grupo militar que se opunha a candidatura de Juscelino Kubitschek a Presidência da República. Este fato toma dimensões graves quando o PSD de Juscelino procura o PTB (partido de Getúlio Vargas), para formar a chapa presidencial, afinal concretizada com a candidatura de João Goulart a vice – presidência.

Com a vitória da chapa de Juscelino nas eleições de 1955, o grupo liderado por Golbery do Couto e Silva, tenta um golpe de Estado para impedir a posse da chapa eleita, entretanto a ala legalista do Exército, liderada pelo Ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, logra êxito ao impedir esta tentativa e garantir a posse de JK e Jango em janeiro de 1956. Como consequência disto Golbery lidera o movimento anti – Lott, nas Forças Armadas, que além dele tinha Cordeiro de Farias e Juarez Távora, os dois últimos fundadores da ESG. Foi uma das pessoas em que Jânio Quadros mais confiou em seu breve mandato como Presidente da República. Com sua renúncia em agosto de 1961, houve um manifesto redigido por Golbery e apresentado pelos Ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica que manifestava a intenção de impedir a posse do vice – presidente João Goulart.

Em setembro de 1961 com a posse de Goulart, Golbery vai para a reserva e começa a participar do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado por empresários cariocas e paulistas que tinha nele a principal liderança. Tais organismos tinham claro caráter conspiratório e defendiam a iniciativa privada em contraposição a onda nacionalista que havia naquele instante. De acordo com depoimentos de colegas de Golbery na Escola Superior de Guerra, como por exemplo, Cordeiro de Farias, e que fizeram parte do IPES, a conspiração para derrubar João Goulart teve início logo em seus primeiros dias de governo. Com a deflagração do golpe civil – militar em 1964, temos a ascensão de um dos principais nomes vinculados a Escola Superior de Guerra a Presidência da República, Castello Branco.

Neste momento, Golbery do Couto assume um novo organismo, o Sistema Nacional de Informações (SNI), que atendia aos objetivos de garantir a Segurança Nacional, conceito basilar na formulação da Doutrina esguiana. Os membros da oposição ao regime criticavam este organismo, pois consideravam suas finalidades associadas a propagação de propaganda e doutrinação do Regime, além de espionagem e delação. Como responsável por esta instituição houve graças a sua ação perseguições a políticos que se opunham ao Governo Militar, no qual o caso mais emblemático foi de Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara.

Ao fim do governo de Castello Branco, tentou juntamente com Ernesto Geisel um recurso alternativo para barrar a candidatura de Costa e Silva. Não obteve êxito e com a ascensão deste ao poder, em 1967, Golbery entregou a pasta do SNI ao seu sucessor, Emílio Garrastazu Médici. Assumiu o cargo como ministro do Tribunal de Contas da União, até 1969 quando aposentou – se do cargo devido às discordâncias que havia entre ele e Médici que naquele instante assumia o cargo de Presidente. Quando se afasta do TCU, Golbery começa a fazer articulações políticas em torno da candidatura de Ernesto Geisel a Presidência da República para substituir o General Médici.

Apesar de não ser o nome preferido do então presidente Médici, Geisel é eleito em 1974. A principal motivação de Golbery para alavancar sua candidatura refere – se à tentativa de trazer novamente para o poder os remanescentes do grupo castelista dentro das Forças Armadas e pertencente a Escola Superior de Guerra. Desta forma com o novo governo ele é nomeado ministro – chefe do Gabinete Civil. Durante o governo do General Ernesto Geisel, Golbery teve que contornar uma série de crises provocadas pela “linha dura” nas Forças Armadas, que não concordavam com “abertura lenta, gradual e segura”, na acepção do então Chefe do Executivo, como o famoso caso de Vladimir Herzog, encontrado morto nos porões do DOI – CODI, em São Paulo. Ele teve participação importante no Pacote de Abril em 1977 que fechou o Congresso Nacional e estabeleceu os senadores biônicos para que a ARENA, partido da situação, obtivesse maioria no poder legislativo.

Outro ponto importante a ser ressaltado no governo Geisel é a ação de Golbery no sentido de desidratar a candidatura do então Ministro da Guerra General Silvio Frota, já que este e o presidente agiam no sentido de viabilizar a candidatura do chefe do SNI, João Batista Figueiredo. Nas entrelinhas deste acontecimento Golbery tinha a preocupação de que a sucessão presidencial de 1978 não repetisse a de 1966 quando Castello Branco foi forçado a apoiar a candidatura de Costa e Silva que não possuía vínculos com a Escola Superior de Guerra. Com a eleição do General Figueiredo ele se manteve na chefia do Gabinete Civil. Por último, o fim do Ato Institucional Número 5 (AI – 5) em 1979 teve uma ação importante de Golbery, pois este de forma paradoxal agiu no sentido de chefiar a abertura política.

Desta forma, com a eleição do General Figueiredo ele se manteve na chefia do Gabinete Civil. Uma das principais atribuições de Golbery durante o último governo militar foi a reconfiguração do quadro partidário com o fim do bipartidarismo. A justificativa formulada pelo governo para esta ação estava na possibilidade de negociação política após sucessivos insucessos eleitorais. Em 1980 profere uma longa conferência na ESG em que ele fala dos momentos de centralização e descentralização pela qual o Estado brasileiro passou ao longo de sua história, ressaltando o primeiro como preferencial para regimes autoritários e o segundo mais condizente com a democracia. Posteriormente mais uma grave crise provocada pelo atentado no Rio Centro por setores vinculados a “linha dura” dentro das Forças Armadas constituiu um importante desafio para a abertura política. Saiu da Chefia do Gabinete Civil em agosto de 1981 após desentendimentos com o Ministro da Fazenda Delfim Neto. Na eleição de 1985 apoiou a candidatura de Paulo Maluf contra Tancredo Neves. Faleceu em 18 de setembro de 1987 quando ocupava um cargo na diretoria do Banco Cidade.

Neste sentido, a obra de Golbery do Couto Silva está inserida em um contexto distinto, ainda que ambos possuam preocupações semelhantes, como por exemplo a inserção brasileira na Bacia do Prata. Assim ele é um dos idealizadores da Escola Superior de Guerra e suas ideias refletem a cartilha colocada por esta instituição, logo aspecto essencial para compreendê-lo é a disputa entre o “Ocidente” capitalista, cristão e democrático, contra os “perigos” representados pelo mundo socialista. Este acirramento na Guerra Fria nos anos 1950 reflete o pensamento da ESG em que se postula uma aliança incondicional com os Estados Unidos da América.

A partir disto, “a doutrina esguiana enfatizava a inter – relação entre segurança e desenvolvimento, como cada um dos elementos condicionando o segundo, cabendo ao estadista decidir que parcelas do Poder Nacional destinar a um e ao outro. Assim a ESG fatalmente dirigia sua atenção à política nacional.” (CARVALHO, 2010, p. 72) Os conceitos essenciais para entender os fundamentos da Escola Superior de Guerra decorrem deste binômio, dentre os quais se destacam os Objetivos Nacionais Atuais e Permanentes, a Estratégia Nacional e o Desenvolvimento Nacional.

Quanto aos Objetivos Nacionais, os atuais se referem a conjuntura e servem de meio para que se atinjam os permanentes, estruturais e finais. Nesta lógica a missão da ESG era bem clara, ou seja, formar as elites que guiariam o Brasil rumo aos Objetivos Nacionais Específicos que são a democracia, o desenvolvimento e a segurança. Como consequência deles Couto e Silva (1967, p. 75) explana que o Brasil deve buscar o “fortalecimento do prestígio nacional no âmbito externo, com base no princípio da igualdade jurídica dos Estados, e a crescente projeção do país no exterior com vistas à salvaguarda eficaz de seus próprios interesses e em benefício também da própria paz internacional”. O autoritarismo da ESG é nítido como visto na Doutrina de Segurança Nacional. Desta forma

Concebida como necessária para a proteção do Estado a DSN assumiu desde o início conotações autoritárias. Isto se tornava necessário, porque de acordo com a ótica prevalente no seio militar responsável pela Doutrina, somente com um Estado autoritário se poderia resolver os problemas nacionais. Este autoritarismo seria justificado porque o país carece de uma organização que atenda às reais necessidades da sociedade, e também porque as elites são desprovidas de qualquer preparo. Daí a necessidade de um regime forte e autoritário. (MYIAMOTO, 1981b, p.94)

Ressalta – se que as ideias da ESG tiveram pouco impacto nos anos 1950. Vale dizer a título de demonstração que o pró – americanismo desta organização advém do estágio que alguns dos seus interlocutores realizaram nos EUA, entretanto tal opinião não era unânime dentro das Forças Armadas. Apesar de escreverem em períodos distintos, Mário Travassos exprime uma grande preocupação com a presença e influência deste país na América do Sul. Para este autor

E de sorte de predomínio de determinadas circunstâncias geográficas, se se pode dizer assim, serve tanto para atenuar as culpas da influência yankee sobre a própria América, como de sobreaviso para os países americanos por ela ainda não atingidos diretamente. (TRAVASSOS, 1935, p.90) (sublinho do autor)

O alinhamento estadunidense encontrado em Golbery do Couto e Silva é nítido quando ele expõe a necessidade de uma aliança militar com os Estados Unidos da América, para defender o “Ocidente” contra o comunismo representado pela União Soviética. Ele assume a possibilidade de realizar uma barganha com os EUA devido a estratégica localização do promontório nordestino para execução de uma base aérea, o qual recairia sobre a soberania brasileira e não deveria ser “cedida por um prato de lentilhas”. Desta forma

Se a geografia atribuiu à costa brasileira e a seu promontório nordestino uma quase monopólio de domínio no Atlântico Sul, esse monopólio é brasileiro, deve ser exercido por nós exclusivamente, por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte, a que nos liga tantos e tão tradicionais laços de amizade e de interesses, e em defesa ao mesmo tempo da civilização cristã, que é a nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica (COUTO E SILVA, 1967, p. 52).

A diferença com relação ao papel dos Estados Unidos é marcante quanto aos dois autores que constituem o objeto de estudo deste trabalho. Para Martin (2007), Mário Travassos queria o Brasil protegido da “grande potência ocidental”, enquanto Golbery do Couto e Silva gostaria de ver aquele país protegido pelos Estados Unidos. Como dito anteriormente, apesar deles se inserirem em conjunturas totalmente distintas temos aí talvez o ponto de maior distinção no pensamento destes autores. Entretanto nos anos 1960 a ESG agrupou os setores descontentes dentro das Forças Armadas com o governo de João Goulart. Desta forma colocamos que esta instituição deu o suporte para que os militares pudessem dirigir o país, fato este que aconteceu por 21 anos, como decorrência do golpe civil – militar que depôs João Goulart em 1964.

Antes de finalizar este capítulo destacamos que as propostas defendidas pela Escola Superior de Guerra devem ser entendidas enquanto um projeto nacional de desenvolvimento. Por este conceito entendemos que ele se refere ao “projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio do planejamento e decidido apoio estatal”. (BIELCHOVSKI, 2014, p. 33), portanto para Júnior e Vigevani (2010) este processo seria conduzido por uma direção civil e militar. Disto isto, verificaremos a diferença entre Geografia Política e Geopolítica e quais foram as principais influências dos autores que são o objeto de estudo deste trabalho tiveram na execução de suas obras.



## CAPÍTULO 2 - QUESTÕES ACERCA DA GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

A Doutrina Geopolítica efetuada pelo Círculo Militar Brasileiro e também fortemente presente na Argentina possui como pressuposto básico um forte teor de conspiração que alimentou as tensões existentes entre os países constituintes da Bacia do Prata. A Geopolítica realizada no Círculo Militar brasileiro tem profunda influência do Realismo Político.

Meira Mattos, Geopolítico fortemente vinculado a esta “escola” entende “o poder como a capacidade de impor a sua vontade a outrem” (MEIRA MATTOS, 1977, p.25). Nesta definição presenciamos uma clara influência desta teoria para a formulação desta Geopolítica associada a um projeto de “Brasil Potência” que além do autor anteriormente citado, tem em Golbery do Couto e Silva um dos principais formuladores.

Outro ponto importante pauta – se nesta afirmação que “para los partidários de la escuela realista, política internacional es igual a la lucha por el poder” (ROLON, 2010, p. 86, apud MORA, 1991, p. 23).<sup>1</sup> Desta maneira temos que avaliar o que é a Geopolítica e quais foram suas implicações na condução do Estado Brasileiro no que tange a sua relação com os vizinhos da América do Sul. Uma definição é aquela que a Geopolítica seria nada mais que a Geografia Política aplicada a um projeto de poder (COSTA, 2013). Esta definição possui ampla repercussão nos setores militares, em razão de que os estudos geopolíticos destinavam – se predominantemente às políticas de poder.

Costa (2013) segue esta linha quando diz que a Geografia Política se refere as relações entre Estado e espaço enquanto a Geopolítica tem como objetivo a realização de projetos voltados para as relações de poder entre as unidades políticas, assim ela é mais utilitarista que aquela. Miyamoto (1981a) expõe que a Geopolítica possui fins estritamente estratégicos em contraposição a Geografia Política que analisa os aspectos territoriais, assim esta é mais descritiva. Para Backheuser (MIYAMOTO, 1981b, p.19, apud BACKEUSER, 1959, p.114)<sup>2</sup> a

---

<sup>1</sup> MORA. Frank O. Política Exterior del Paraguay: la búsqueda de la independencia y el desarrollo. In: SIMON G José Luis (comp). **Política Exterior y relaciones internacionales del Paraguay contemporáneo**. Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, Asunción, 1990, Serie Relaciones Internacionales.

<sup>2</sup> BACKEUSER, Everardo. Geopolítica e geografia política. **A Defesa Nacional** (541), 1959, p.113 – 126.

geopolítica se define como “a política feita em decorrência das condições geográficas.

Para Moodie (1965) a singularidade da Geografia Política reside no estudo do Estado e as suas relações ao longo do tempo. O período que abarca a realização deste relatório representa uma profunda modificação nas relações entre os países do Cone Sul, desta forma é bem pertinente a formulação posta por este autor ao apontar como fundamental entender as relações entre Estados.

Estes autores também possuem forte influência dos autores clássicos que constituem a Geografia Política e a Geopolítica, notadamente Ratzel e Mackinder. Conceitos como posição, espaço e *heartland*, são amplamente utilizados por Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva. Em decorrência observamos que suas ideias fundamentam uma transposição dos nomes clássicos que formam este campo do conhecimento. Desta forma, “Ratzel e Kjéllen, no fim do século XIX e no começo do presente, conseguiram elevar a geopolítica ao nível científico, enunciando – lhe conceitos básicos, princípios e a sistematização de critérios para a observação de fatos políticos. Partiram ambos não da pesquisa abstrata do que devem ser os Estados, mas da observação concreta do que são os Estados” (MATTOS, 1975, p.3).

Portanto os autores que são o foco central deste texto como representantes centrais na condução de uma Geopolítica que expressa uma relação de poder no âmbito de nossos vizinhos. Vieira (2005), a partir de uma metáfora colocada por Meira Matos (2002, p.18) em que diferencia a Geografia Política da Geopolítica, coloca que aquela “se refere a captação de uma realidade empírica em um determinado momento, enquanto a segunda o faz em vários momentos (VIEIRA, 2005, p. 49). Desta forma Golbery do Couto e Silva é um geopolítico enquanto que Mário Travassos se enquadra como um geógrafo político.

Antes de adentrar o próximo capítulo faremos uma breve exposição dos três autores vinculados a Geografia Política e que tiveram influência sobre o pensamento destes autores, quais sejam, Rudolf Kjéllen, Friedrich Ratzel e Halford Mackinder. Em primeiro lugar focaremos algumas questões relativas à obra de Ratzel como um dos formuladores da Geografia Política e também da Geografia Humana enquanto um campo de conhecimento autônomo. Destacamos neste autor uma preocupação com a unificação da Alemanha no final do século XIX. Desta forma

A Geografia Política Clássica constitui – se como disciplina científica na tentativa de estabelecer as relações entre espaço e poder. O espaço foi concebido principalmente como meio natural. Em Ratzel o espaço é a natureza física, que se manifesta como território, solo, em sua formulação. (SILVA, 1981, p.106)

A partir das explanações realizadas anteriormente, Ratzel representa um sistematizador das concepções próprias da Geografia Política, apesar disso presenciamos uma polêmica que envolve suas formulações em que se discute o paradoxo deste campo do conhecimento constituir uma ciência e ideologia ao mesmo tempo, e que perpassa diversos autores, inclusive aqueles que formaram a “escola de Geografia Política Brasileira”, vinculada as Forças Armadas. A seguir mostramos os motivos que levaram este autor a ser considerado o iniciador da Geografia Política tal como a conhecemos atualmente

Ratzel pode ser legitimamente considerado como o iniciador da geografia política, pelo menos tal como ela passou a ser entendida desde o ocaso do século XIX, por três motivos principais. Em primeiro lugar, Ratzel foi o organizador ou sistematizador de um conjunto de temas e conceitos que, a partir dele, passaram a ser o conteúdo inquestionável de qualquer obra de geografia política, inclusive daquelas elaboradas pelos seus críticos. Na verdade ele construiu um novo campo de estudos, definindo seus “objetos”, ou, em outras palavras, seus temas e conceitos fundamentais: as relações da política com o espaço geográfico, nas quais despontam o estudo do território (seu tamanho e formato, sua expansão ou retração, sua localização absoluta e relativa), das fronteiras com a sua tipologia, das cidades-capitais (sua localização no território nacional, sua importância), da política geográfica ou territorial, da circulação pelo território, da importância do “solo” [território] na constituição e na evolução dos Estados, do significado de “grandes potências” ou Estados mundialmente poderosos, da colonização e da guerra enquanto conquista ou domínio territorial. (VESENTINI, 2010, p. 129)

Outro dos autores que constituem influência para Golbery do Couto e Silva e Mário Travassos é o sueco Rudolf Kjellén. Ele é reconhecido por ser o pioneiro na condução do termo Geopolítica. Com relação a este termo ressaltamos a seguinte explanação

Descartadas as confusões e dissimulações em torno do rótulo, pode – se afirmar com relativa segurança que a geopolítica, tal como foi exposta pelos principais teóricos, é antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em quem se apropria de parte de seus pressupostos gerais para aplicá – los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço. (COSTA, 2013, p.55)

Interessante notar que Mackinder e Mahan expoentes da geopolítica tiveram suas principais obras lançadas antes que Kjellén criasse este termo, mais precisamente 1905. Em decorrência da citação acima a geopolítica representa um

empobrecimento das formulações realizadas pela Geografia Política. Partindo da ideia ratzeliana do Estado como organismo territorial, Kjellén o reduz a uma concepção puramente biológica. Neste ponto ele afirma que a geopolítica era um ramo da ciência política, em contraposição a geografia política, então o Estado se reduz a um caráter expansionista, que deveria atender aos interesses dos Estados europeus naquele momento.

O último dos autores clássicos que influencia as ideias dos autores que são o objeto de estudo deste trabalho é o do britânico Halford Mackinder, fundamental na análise que eles executam sobre a realidade presente na América do Sul, como veremos adiante. No seu texto “O Pivô Geográfico da História” de 1904, ele apresenta o conceito de *heartland*, fundamental para compreender a inserção brasileira na Bacia do Prata, como argumentando, tanto em Golbery, quanto em Travassos. Inicialmente ressaltamos que tal conceito preconiza uma maior importância do poder terrestre em relação ao poder marítimo, a partir de uma secular rivalidade entre eles na disputa pela supremacia do poder mundial, por consequência existe uma contraposição a ideia do poder marítimo desenvolvida pelo estadunidense Alfred Tayer Mahan. De acordo com Mello (2015, p. 44)

Mais que um conceito geográfico, com limites físicos claramente demarcados no mapa da Eurásia, o *Heartland* é uma ideia estratégica, concebida teoricamente no começo do século e testada empiricamente ao longo de duas guerras mundiais [...] Tal conceito foi cunhado por Mackinder para designar o núcleo basilar da grande massa eurasiática que coincidia com as fronteiras russas no início do século.

Dito isto, o próximo capítulo adentrará de forma mais pormenorizada nas ideias de Golbery e Mário Travassos e a forma como eles enxergavam a inserção brasileira na Bacia do Prata. Também veremos os Tratados assinados entre os países que compõem a Bacia e como eles refletem a consecução das políticas defendidas por estes autores.

### **CAPÍTULO 3 – TRAVASSOS E COUTO E SILVA NA BACIA DO PRATA**

Antes de falar propriamente sobre os autores que são o escopo deste trabalho, ressaltamos a polêmica que existe no que se refere a influência da geopolítica realizada no círculo militar brasileiro, com relação a formulação da política externa durante a Ditadura Militar e também em outros governos, quer autoritários ou democráticos. A seguir veremos duas citações antagônicas a respeito da influência dos setores vinculados as Forças Armadas na condução da Política Externa

Argumenta-se, em apoio à hipótese, que o fio condutor da Geopolítica brasileira, que esta dissertação denomina de "modelo travassiano", tem pautado ações de administrações governamentais, tanto militares quanto civis, inclusive a atual, de Luís Inácio Lula da Silva. (VIEIRA, 2005, p. 15)

A próxima citação, no entanto afirma o contrário

A amplitude deste trabalho é bem mais modesta, e procura, tão somente, mostrar que a geopolítica não exerceu influências maiores na condução da política externa brasileira no período pós – 64. (MIYAMOTO, 1985, p.18)

Estas duas citações mostram a polêmica que envolve este tema, a despeito da geografia política e geopolítica ficarem confinadas ao seio militar até os anos de 1980. A pecha da geopolítica como tributária dos regimes nazifascistas fez com que as questões suscitadas pelos dois autores viessem à tona ao final da Ditadura Militar, infelizmente, em um período de renascimento deste campo de conhecimento, após muito tempo de ostracismo. Outro ponto de discórdia que existe nesta discussão é a acusação que os países vizinhos fazem de que o Brasil é imperialista na América do Sul. Autores argentinos, inclusive vinculados as Forças Armadas, e paraguaios vão nesta direção, o que deixa a situação mais nebulosa.

De qualquer forma para Miyamoto (1985) os grandes empreendimentos realizados durante o Regime Militar (1964 – 1985), tinham o intuito de realizar as necessidades internas de desenvolvimento, assim não teriam conotações geopolíticas, muitos menos imperialistas. Não concordamos com esta tese porque estas obras teriam consequências geopolíticas, logo havia uma preocupação clara do poder brasileiro em trazer para si a balança de poder. Desta forma a partir das formulações de Mário Travassos, os setores vinculados as Forças Armadas tinham em mente tornar o Brasil preponderante em contraposição a Argentina. Assim

[A proposta]... de Travassos extrapolava nitidamente o contexto doméstico, e inseria – se na discussão das relações globais sul – americanas, buscando alternativas, e apontando soluções para deslocar o equilíbrio de poder latino-americano em favor do Brasil, neutralizando as influências platenses na região, fundamentalmente pelos meios de comunicação viários. (MIYAMOTO, 1985, p.96)

Desta forma, apesar de haver uma discordância sobre a influência da geopolítica realizada pelo Estado – maior brasileiro na execução da Política Externa, procuraremos argumentar que aquela foi essencial na projeção internacional do Brasil. Assim temos que discordar deste autor quando fala, até com um tom jocoso, que “no Brasil, elas [as ideias geopolíticas] estavam muito mais nos livros do que nas ações dos estrategistas de política externa” [...] (VIZENTINI, 1998, p.278). Este trabalho demonstrará ao contrário a partir das ações efetuadas por sucessivos governos com relação a Bacia do Prata e que culmina em 1979 na Assinatura do Acordo Tripartite.

Ponto importante na concepção dos dois autores é a questão relativa ao papel das fronteiras<sup>3</sup>, como primordiais para a consecução dos interesses brasileiros, assunto de máxima preocupação para a Geografia Política Clássica. A criação dos territórios federais em zonas fronteiriças durante a Ditadura de Getúlio Vargas, por exemplo, responde aos anseios da “escola” de Geopolítica vinculada ao Estado – maior brasileiro. Mário Travassos defende na sua principal obra, uma “Marcha Para Oeste” em que os brasileiros deveriam ocupar a faixa fronteiriça, especialmente na Bacia do Rio da Prata. Ressalte – se que Golbery também foi partidário deste empreendimento, pois por meio de uma regionalização geopolítica ele põe como um passo importante a integração do Centro – Oeste para impedir em suas palavras, “o avanço para o norte de um imperialismo platino, sub – reptício ou virulento” (COUTO E SILVA, 1967, p.50).

O conceito de “fronteira viva” preconizado pelas Forças Armadas terá importância fundamental para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Desta forma em uma concepção baseada nos preceitos clássicos desta disciplina aponta – se que

Se a fronteira é o resultado condicionante da política torna-se vital, então, conceber uma política de fronteiras. Esta política deve ser vigilante, previdente e construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, assim como importantes demográfica e economicamente (...). As fronteiras vivas são zonas de alta

---

<sup>3</sup> De acordo com Martin (1997), a fronteira constitui uma faixa que delimita uma zona. Diferencia – se do limite que é uma linha que demarca até onde o Estado exerce sua soberania.

sensibilidade política. O contrário delas serão fronteiras mortas, ermas, desprotegidas, esquecidas. Fronteiras vivas serão sempre afirmações de um espírito forte de nacionalidade. Fronteiras mortas darão imagem pouco favorável a um país que não cuida de suas lindes como deveria cuidar, porque fronteiras protegidas e povoadas enaltecem o espírito de previdência e de organização de um povo. (ANDERSEN, 2008, apud SOARES, 1972, p. 15)<sup>4</sup>

Everardo Backheuser concorda com Teixeira Soares quando afirma em uma mesma perspectiva de análise que

[...] a fronteira viva é em essência, uma região de fricção, da qual mais dia menos dia, surgem ou agravam os conflitos internacionais, políticos, ou de ordem fiscal e administrativa, ensejando demonstrações de força militar (BACKHEUSER, 1952, p.157).

Não obstante, a tese sobre as “fronteiras ideológicas”, realizada a partir de uma interpretação do conceito de “fronteira viva”, está na raiz da denúncia realizada por certos autores sobre o expansionismo brasileiro sobre nossos vizinhos do Cone Sul. A corrente que defende o “sub – imperialismo brasileiro” tem nessa construção meramente abstrata o principal motivo de inquietação. De fato no início dos anos 1970 esta ideia foi colocada em prática pelos militares que comandavam o Brasil naquele momento, pois nele havia governos instalados nos países vizinhos de caráter nacionalista e anti – imperialista, algo que preocupava os militares brasileiros, que dentro da sua Doutrina de Segurança Nacional tinham profundo receio de um “avanço comunista” na América do Sul. Para o então Ministro das Relações Exteriores do governo de Castello Branco

Daí nasce um conceito imanente da natureza da aliança interamericana, que é a interdependência entre as decisões da política internacional dos países do continente. A concepção ortodoxa e rígida de soberania nacional foi formulada numa época em que as nações não integravam em suas responsabilidades e obrigação de cooperar na busca de objetivos comuns (...) (SCHILLING, 1981, p.23, apud Vasco Leitão de Cunha).

Um dos autores analisados no presente trabalho, Golbery do Couto e Silva, partilha deste conceito, quando fala do caráter “vivo” das fronteiras na porção meridional do Brasil, assim teríamos uma justificativa mais do que plausível para a construção de uma Usina Hidrelétrica. Portanto, ele considera que esta característica das fronteiras brasileiras está presente na zona de máxima tensão no

---

<sup>4</sup> SOARES, T. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

continente sul – americano. A localização da Usina Hidrelétrica de Itaipu responde a interesses estritamente geopolíticos como veremos adiante neste relatório. Para Andersen (2009), Golbery do Couto e Silva é o “idealizador geopolítico” da construção deste empreendimento de proporções gigantescas. Travassos também é considerado fundamental na execução de Itaipu como observado a seguir

Na sequência de obras de infraestrutura, de valor geopolítico, os governos do período militar também adentraram nas preocupações que anteriormente se encontravam na obra de Travassos. A começar pelo governo Castelo Branco, em 1964, considerou-se amplamente o aproveitamento para fins energéticos da bacia do rio Paraná. Por esse meio, o Brasil teria reserva energética e ainda resolveria a questão fronteira de Foz. (HAGE, 2013, p. 109)

A partir disto podemos começar a contextualizar os autores que são o objeto de estudo deste trabalho e as inquietações deles com a inserção brasileira no Cone Sul. Em Mário Travassos, o ponto primordial que estrutura todo seu pensamento a respeito da questão da relação do Brasil nesta área, corresponde aos antagonismos existentes nesta porção continental, quais sejam, a oposição entre Bacia Platina x Bacia Amazônica e Oceano Atlântico x Oceano Pacífico. Os casos de instabilidade no continente necessitam ser explanados, mais precisamente Paraguai e Bolívia, que além de não possuíram saída para o mar, sofrem mais intensamente com os antagonismos presentes na América do Sul. Com relação a oposição entre Oceano Atlântico e Pacífico ele nos diz que

No primeiro desses antagonismos, as cumiadas dos Andes dividem águas para dois oceanos especificamente diferentes. Para oeste, o Pacífico, “o mar solitário”, o oceano de feixes de circulação regionais, das extensões sem fim, das grandes profundidades, das polinésias. Para leste, o Atlântico, cujas águas são as mais frequentadas do globo, em cujas costas a ecúmeno marítima se encontra magnificamente definida e onde o “planalto continental” é dois mais piscosos. (TRAVASSOS, 1935, p.20)

No segundo dos antagonismos, ambas as bacias hidrográficas correm para o Oceano Atlântico, entretanto eles correm em direções opostas. Desta forma a Bacia Platina deságua ao sul do Oceano Atlântico, assim é controlada pela Argentina, enquanto a Bacia Amazônica possui sua foz ao norte do continente, portanto está localizada em território brasileiro.

Por estas características apontadas anteriormente, Bolívia e Paraguai oscilam entre as duas principais potências sul – americanas que são Brasil e Argentina. Como consequência, “territórios assim oscilantes são verdadeiros focos de perturbações políticas, causas de dissensões ou, pelo menos, de preocupações



sérias para que se evitem possíveis conflitos internacionais. (ibidem, 1935, p. 62). Travassos elenca o “triângulo estratégico boliviano” formado Sucre – Santa Cruz de la Sierra – Cochabamba, como a área onde as tensões encontradas no continente se exacerbariam. Quem controlasse esta porção do território boliviano, controlaria a América do Sul. Sobre a Bolívia colocamos o seguinte trecho do seu principal livro

Com efeito; a situação da Bolívia é hoje das mais delicadas. Amarrada geologicamente à Cordilheira dos Andes, sofre diretamente os efeitos das discordâncias entre o Chile e o Peru. Trabalhada pelas bacias amazônica e platina oscila, instável, entre a Argentina e o Brasil. Como a verdadeira amputada da Guerra do Pacífico e ante a indiferença brasileira, teve que sujeitar – se, sem direito de escolha, à influência argentina (TRAVASSOS, 1935, p. 63)

Ainda sobre a Bolívia colocamos a seguinte citação

E de todo esse exame pode – se fixar de modo categórico o sentido político da Bolívia como o centro geográfico do continente e a causa eventual de conflito armado, cujo vulto poderá mesmo assumir o caráter de verdadeira conflagração (TRAVASSOS, 1935, p.64).

A rede ferroviária argentina possibilitou a este país multiplicar suas conexões com os países localizados na vertente localizada no Oceano Pacífico, portanto este país trouxe para sua esfera de influência o *heartland* boliviano, logo ela se encontrava dependente do porto de Buenos Aires para escoar sua produção. Neste ponto Mário Travassos tinha uma preocupação bem clara com a balança de poder no continente sul – americano e qual estratégia o Brasil deveria adotar para superar a Argentina neste contexto. A partir desta questão

[...] a resolução dos dois grandes antagonismos em presença – Atlântico – Pacífico e Amazonas – Prata – poderia se dar com o predomínio do eixo norte – sul sobre o eixo leste – oeste, isto é, em favor da argentina e em detrimento do Brasil na competição pela liderança geopolítica no continente sul – americano (MELLO, 1997, p.62).

Para Travassos, o Brasil deveria contrapor a influência de Cochabamba, como ponto principal para o exercício da preponderância argentina no continente, a partir da influência que Santa Cruz de la Sierra exerce atraindo para o território brasileiro via Bacia Amazônica, a produção oriunda da Bolívia. De fato, várias das discussões efetuadas por este autor foram implementadas por sucessivos governos, assim na Bacia do Rio da Prata a construção da BR – 277, ligando Ciudad del Este a Paranaguá, representou uma segunda possibilidade para o Paraguai escoar sua produção, através do porto localizado na vertente oriental do Oceano Atlântico, assim este país tornou – se menos dependente do porto de Buenos Aires. Por causa desta ação as trocas comerciais envolvendo Brasil e Paraguai cresceram de

maneira considerável, além disso a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, constituiu fator essencial para a aproximação dos dois países, como veremos adiante. Este fato desagradou profundamente a Argentina, porque este empreendimento se insere em uma disputa pela preponderância na América do Sul.

Dentre os principais pontos colocados por Travassos temos a resolução da oposição Atlântico x Pacífico por meio da drenagem das riquezas da vertente ocidental representada pelo Oceano Pacífico para a vertente Oriental da América do Sul onde se localizam os portos brasileiros. Por outro lado a solução da contraposição entre a Bacia Amazônica x Bacia do Prata tem como pressuposto o controle do *heartland* boliviano. Por último, mas não menos importante, temos a neutralização da Bacia do Prata por meio da construção de rodovias latitudinais que possibilitassem a ligação dos países mediterrâneos com o Oceano Atlântico. Deste modo

A análise geopolítica de Travassos é não apenas pioneira como original nesse tipo de discurso no país. Ao contrário dos demais do período, ela parte de uma minuciosa descrição das condições geográficas primárias do continente e do território brasileiro. Além disso, ele deriva daí um projeto político que está centrado não na unidade interna *stricto sensu*, mas na repercussão externa do movimento de integração interna, subordinando este àquele objetivo maior (COSTA, 2013, p.198 – 199) (OBSERVAÇÃO – GRIFO DO AUTOR).

Golbery, partilhando das mesmas preocupações de Travassos, coloca a Bolívia e o Paraguai como os principais focos de instabilidade na América do Sul. Desta forma

Mais ou menos tributários da Argentina, oscilando entre a desconfiança, o ressentimento e a admiração e jungidos pela dependência econômica indiscutível – o Paraguai e a Bolívia, “prisioneiros geopolíticos, muito mais o primeiro que a segunda, valem muito pela sua posição geográfica no flanco aberto e vulnerável do Brasil meridional e central e constituem, sobretudo por sua instabilidade política e econômica, indisfarçáveis zonas de fricção externas onde podem vir a contender, quer queiram quer não, os interesses brasileiros e argentinos (COUTO E SILVA, 1967, p.55)

A partir disso, por meio da oposição entre a Bacia Amazônica e a Bacia do Rio da Prata e do Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico, influência de Travassos, Golbery destaca a importância da vertente oriental como desaguadouro das duas bacias continentais. Por meio das duas oposições anteriormente citadas temos uma compartimentação geopolítica do continente de sua autoria. Nela em todo momento se pretende mostrar a superioridade brasileira com relação à Argentina com base no conceito de posição, devido à posição setentrional brasileira em contraposição à

posição meridional argentina na costa atlântica sul - americana. Na verdade a foz do Rio da Prata em Buenos Aires está pior localizada do que os rios que compõem esta Bacia no território brasileiro. Para Andersen (2009, p.12)

A construção de Itaipu colocou em xeque antigos conceitos que mostravam que o domínio de uma bacia hidrográfica vinha com o controle de sua desembocadura. A geopolítica brasileira provou que esse poder pode ser exercido a partir das nascentes. Mostrou, ainda, que a manipulação de um rio internacional pode ser alterada radicalmente por meio de alta tecnologia, com repercussões profundas nas relações políticas e econômicas dos países situados à sua margem, à montante e à jusante.

Como decorrência ele coloca a existência de uma “área de soldadura” englobando o Paraguai, Bolívia e os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, como de máxima instabilidade devido a presença marcante dos antagonismos que constituem o continente sul – americano, assim ela teria como principal função ligar as porções platina e amazônica deste continente. Portanto, logo abaixo temos um trecho longo de um dos comentadores das ideias de Golbery, mas que explica a essência da visão deste autor

[...] a noção golberyana de “área de soldadura” é uma ampliação da ideia de “heartland” sul – americano de Travassos, de forma a conferir ao Brasil uma participação geopolítica no “coração continental” da América do Sul. O condomínio exercido pelo Brasil, conjuntamente com a Bolívia e o Paraguai, na “área de soldadura”, ligava umbilicalmente estes dois países a interesses geopolíticos brasileiros numa região que constituía o “divisor de águas” das bacias amazônica e platina e onde estava localizado o triângulo estratégico boliviano. Assim, esse condomínio tripartite sobre uma área vital do continente sul – americano como que conferia ao Brasil o direito de uma hegemonia sobre os condôminos menores que, como países mediterrâneos, eram dependentes do sistema fluvial platino em suas concepções com o exterior. A pretensão brasileira de deslocar para sua órbita de esses oscilantes “prisioneiros geopolíticos colidiria necessariamente com os interesses da Argentina, país que controlava a embocadura do Prata (MELLO, 1997, p.126).

No que tange a “área de soldadura” colocamos que ela representa um elo de ligação, assim corresponde a uma área de tensão em que os antagonismos presentes no continente adquirem sua feição máxima. Neste sentido não podemos nos esquecer o papel que a construção de Brasília teve para soldar a “Área Platina – Patagônica” e a “Área Amazônica” e por consequência o Planalto Boliviano, ou seja, o *heartland* preconizado por Mário Travassos. Portanto

No que toca às políticas territoriais brasileiras, pode – se concluir, depois que se passaram tantas décadas, que o planalto boliviano foi soldado sim às costas brasileiras, o que provocou a satelitização da Bolívia por parte do Brasil. (MARTINS, 2011, p.102)

Depois do exposto sobre os autores que constituem o foco central do trabalho temos que falar das relações de poder entre Brasil, Paraguai e Argentina, no período entre o lançamento do livro *Projeção Continental do Brasil* em 1931, até a assinatura do Acordo Tripartite em 1979. Interessante notar que este período é marcado pela industrialização ocorrida no Brasil, algo que interfere, sem dúvida nenhuma no balanço de poder na América do Sul. Enquanto este país apresentava elevados índices de crescimento econômico, por meio do processo de substituição de importações, a Argentina executou uma política econômica baseada no receituário liberal e perdeu a posição de principal liderança econômica para o Brasil. Colocando em números esta questão, “em 1930 a economia argentina era o dobro da brasileira; meio século depois a economia brasileira tornara – se o quádruplo da argentina” (MELLO, 1996, p. 31).

O Paraguai enquanto país mediterrâneo adota ao longo de sua História uma política externa “pendular”, ora pendendo ao Brasil, ora a Argentina. Este jogo paraguaio é bem visível nas negociações envolvendo a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu ao longo dos anos 1960 e 1970. Em um primeiro momento colocamos que após a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), o Paraguai se torna bem próximo da Argentina, pois com o fim do maior conflito sul – americano, o Brasil adentra um período de estagnação econômica. Do fim deste conflito até a ascensão de Alfredo Stroessner, em 1954 há um afastamento entre Brasil e Paraguai no que concerne as relações bilaterais.

Com relação aos interesses portenhos presenciamos a passagem de uma preponderância argentina, para uma situação de equilíbrio, para uma posterior preponderância brasileira. Sobre o conceito de preponderância colocamos uma citação longa, porém elucidativa a respeito

Entendemos que a situação típica da preponderância configura – se quando, no âmbito de um determinado grupo de unidades políticas, a ruptura do equilíbrio do poder não engendra para a unidade beneficiária uma posição de supremacia incontestável, nem reduz as demais a um estado de impotência, que são característicos da hegemonia. Por outras palavras, o que tipifica a preponderância é que o peso ou a influência superiores de uma certa unidade não lhe conferem, necessária ou automaticamente, uma posição de supremacia ou de comando nas suas relações com as unidades mais fracas que integram a constelação política. Ocorre que o conjunto formado por unidades de poder desigual insere – se geralmente num contexto mais amplo e constitui apenas o subsistema de um sistema maior que relativiza a superioridade de peso da unidade preponderante. Assim, a preponderância exercida pela unidade de

maior peso dentro daquele subsistema encontra – se subordinada, por sua vez, à hegemonia de outra unidade mais poderosa, que ocupa o vértice do sistema mais abrangente. (MELLO, 1996, p.49)

As relações entre Brasil e Argentina foram bastante tensas durante este período, particularmente nos anos 1960 e 1970. A assinatura do Tratado de Itaipu entre Brasil e Paraguai em 1973 representa o ponto mais sensível com um acirramento entre os principais países do subsistema platino. Por outro lado a própria Construção de Itaipu advém de um litígio fronteiriço envolvendo Paraguai e Brasil, resolvida com a Ata das Cataratas assinada em 1966. Neste sentido

Se a incerteza que nasce da imprecisão das normas internacionais relativas aos usos das águas contribuiu para elevar o nível das tensões regionais, esse fator aparece, todavia como um elemento de apoio no contexto global. O fato de as autoridades militares estarem no poder em todos os países da bacia, com raros momentos e exceções, é muito mais fundamental para explicar o estado de crise quase permanente nas relações interestatais regionais. A análise das relações internacionais que prevalece nos meios militares está, com efeito, estreitamente subordinada às concepções geopolíticas de poder; e essas baseiam – se em premissas que privilegiam os aspectos conflitantes das relações. (CAUBET, 1986, p. 126)

Visto em retrospectiva observamos que a aproximação entre Brasil e Paraguai tem início com a ascensão de Alfredo Stroessner em 1954, vinculado ao Partido Colorado que tradicionalmente mantém boas relações com o Brasil em contraposição ao Partido Liberal mais próximo das pretensões da Argentina. Com raros momentos de tensão entre Brasil e Paraguai, como no litígio fronteiriço ocorrido nos anos 1960, decorrente da imprecisão do Tratado de Limites empreendido após a Guerra da Tríplice Aliança, destacamos que estes países chegaram a uma resolução para seus conflitos a partir de um empreendimento binacional. A partir disto empreende – se que o objetivo da assinatura da Ata das Cataratas constitui em resolver o problema fronteiriço entre estes dois países e aproveitar os recursos hídricos da Bacia do Prata. Assim

Ao optar por Itaipu, ao adotar uma solução binacional, ao invés de uma multinacional, o Paraguai abandonou pela primeira vez, desde a paz que lhe foi imposta pela Tríplice Aliança em 1870, sua posição neutra, pendular em relação a seus grandes e poderosos vizinhos; optou pelo Brasil. Incorporou – se praticamente ao mesmo. (SCHILLING, 1981, p. 130 – 131)

A Argentina descontente com os rumos que as relações Brasil – Paraguai estavam tomando age por meio de sua chancelaria. O Tratado da Bacia do Prata assinado em 1969 representa uma tentativa da Argentina em atrasar o início das obras referentes a Usina Hidrelétrica de Itaipu. As alegações portenhas contrárias ao

empreendimento bilateral se referem a um prejuízo com relação ao direito de navegação. Neste sentido as posições que Brasil, Paraguai e Argentina tomam com relação ao aproveitamento dos recursos da Bacia do Prata provém de sua posição geográfica dentro da Bacia, mais a jusante ou mais montante. Assim

A origem do que viria a ser o Tratado do Prata encontra – se no receio argentino ao assistir ao acordo brasileiro – paraguaio sem ser consultada e, com isso, perder eventuais vantagens econômicas de seu uso do Rio Paraná. Com efeito, a Argentina queria retomar seus estudos de aproveitamento do rio e, ao mesmo tempo limitar o sucesso da diplomacia brasileira. A forma para alcançar estes objetivos foi o de incluir os outros ribeirinhos do Prata nas discussões sobre o uso dos rios. A Argentina logrou convencer os países de que uma grande obra em qualquer parte da bacia afetaria não apenas os ribeirinhos a jusante, mas também os ribeirinhos por afluentes. (SILVA, 2006, p. 84)

Posteriormente em 1973 ocorre a assinatura do Tratado de Itaipu entre Brasil e Paraguai. Neste momento, como consequência da assinatura deste documento, há uma piora considerável nas relações entre Brasil e Argentina, portanto destacamos que no início dos anos 1970 ocorre o período mais conturbado e tenso envolvendo os dois principais países da América do Sul. O impasse originado a partir de pontos de vista distintos sobre a utilização dos recursos hídricos da Bacia do Prata cristaliza -se no mecanismo de consulta prévia defendido pela Argentina e na perspectiva brasileira ocorre uma argumentação no sentido de não haver prejuízo sensível na execução de qualquer empreendimento. Não cabia para a Argentina opinar sobre um projeto que não era de sua soberania, pois não seria executado em seu território.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, portanto atende a anseios geopolíticos vinculados as ideias tanto de Golbery do Couto e Silva quanto de Mário Travassos. A concepção estratégica colocada neste empreendimento fica clara, pois suas discussões ficaram a cargo do Ministério das Relações Exteriores e não o Ministério de Minas e Energia.

Para Neto (2013), temos três abordagens sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a primeira se baseia que este empreendimento ocorreu devido ao conflito entre os países que constituem esta Bacia, portanto esta concepção tem como princípio os pressupostos do Realismo Político nas Relações Internacionais. Para Melo (1997) a Geopolítica realizada nos círculos militares teve profunda influência para sucesso brasileiro na sua expansão no heartland sul – americano.

Em contraposição a esta corrente, temos os autores que veem Itaipu como fruto da cooperação entre os países do Cone Sul, portanto nela adota - se a perspectiva liberal/idealista das Relações Internacionais. Segundo Silva (2006) a Construção de Itaipu tem como pressuposto uma aproximação entre Brasil e Paraguai oriunda da ditadura implantada pelo General Alfredo Stroessner entre 1954 – 1989.

Por último, temos uma análise marxista sobre este empreendimento. Segundo esta concepção Itaipu seria uma consequência do “sub - imperialismo” ou o “expansionismo” brasileiro de acordo com Schilling (1981). Para Neto, nesta perspectiva, temos a introdução no debate de como “a expansão do capital, com sua lógica de exploração do trabalho, afetou de forma indelével e significativa, as camadas sociais mais fracas” (NETO, 2013, p.39).

A doutrina colocada em prática pela Geopolítica brasileira nos 1970 combinou dois fatores que executados de forma conjunta tinham como pressuposto último conquistar a supremacia na Bacia do Prata, quais sejam, o isolamento da Argentina e a execução de uma política bilateral com os vizinhos menores platinos. Quando analisamos de forma mais atenta as relações Brasil – Paraguai isso fica muito evidente e o Tratado de Itaipu de 1973 demonstra esta questão, pois temos uma assimetria de poder entre tais unidades políticas. A concepção geopolítica argentina vinculada ao Estado - maior tinha esta questão em mente e alimentava a desconfiança com relação ao Brasil. Assim

[...] para a Argentina, Itaipu é um problema geopolítico e de segurança; as hidrelétricas construídas no Rio Paraná constituem uma ameaça na medida em que permitem ao Brasil o controle do curso dos rios que atravessam a região mais rica do país. Em consequência, setores nacionalistas argentinos iniciam intensa campanha contrária àquelas, denunciando a ameaça que representam para a Nação vizinha e seus próprios projetos geopolíticos. (FAJARDO, 2004, p.64)

Como citado anteriormente neste trabalho o empreendimento hidrelétrico binacional entre Brasil e Paraguai tem como princípio norteador o conceito de “fronteira viva” oriundo da Geopolítica efetuada pelas Forças Armadas. A realização de uma obra desta magnitude na “zona de máxima tensão” do continente possui esta concepção como norteadora. Desta forma

A complexidade das manobras geopolíticas de Itaipu requer aprofundamento. O importante é reconhecer que a construção desta gigantesca obra hidrelétrica revelou uma nova abordagem sobre o dinamismo, funcionalidade e possibilidades de uma “fronteira

natural”: o rio Paraná. Mostrou que a manipulação de um rio internacional pode causar avassaladoras conseqüências geopolíticas, econômicas, sociais e ambientais, tanto aos países situados nas suas margens, quanto aos países localizados à montante e à jusante. O lago artificial de Itaipu, com seus 1.460 km<sup>2</sup> de extensão, alterou substancialmente o mapa desta fronteira continental, ao mesmo tempo em que se converteu numa verdadeira “bomba de água”, estimada em alguns bilhões de metros cúbicos situada acima de 6 (seis) províncias argentinas. (ANDERSEN, 2008, p.11)

Após várias trocas de acusações entre Brasil, Argentina e Paraguai, eles chegam a um acordo em 1979 sobre a utilização dos recursos hídricos da Bacia do Prata. O Acordo Tripartite logrou êxito, pois estabeleceu uma cota para a Usina Hidrelétrica de Itaipu e a Usina Hidrelétrica de Corpus, empreendimento binacional entre Argentina e Paraguai. A partir disto

[...] o Acordo Tripartite encerrou o desentendimento entre Argentina, Brasil e Paraguai a respeito do uso dos rios da Bacia do Prata. Novamente, pela via negocial; novamente gerando um documento de validade no direito internacional público. O Acordo Tripartite mais que pôs fim á controvérsia, ele contribuiu para a estabilidade no Prata que, alguns anos depois, seria fundamental para o início dos acordos que levariam à integração regional pelo Mercosul. (SILVA, 2006, p. 89)

As ações do Estado brasileiro para com seus vizinhos que fazem parte da Bacia do Rio da Prata foram motivos para muitas reclamações por parte de analistas argentinos e paraguaios. Para eles o Brasil tomou atitudes imperialistas para se tornar hegemônico na América do Sul. Dentre os estudiosos brasileiros o mais proeminente nesta vertente de pensamento é Paulo Schilling. Ele faz duras críticas às ações que o Brasil tomou para construir a Usina Hidrelétrica de Itaipu, o qual seria apenas reflexo do expansionismo brasileiro. Segundo sua concepção

Para o governo brasileiro o problema de Itaipu e de toda a Bacia do Prata é, efetivamente, um problema essencialmente político, e enquadra – se na estratégia elaborada por geopolíticos da Escola Superior de Guerra que procura estabelecer a hegemonia sobre os países da região. À luz da geopolítica, explica – se perfeitamente o que parece ser totalmente absurdo do ponto de vista técnico, diplomático ou humano (SCHILLING, 1981, p. 137).

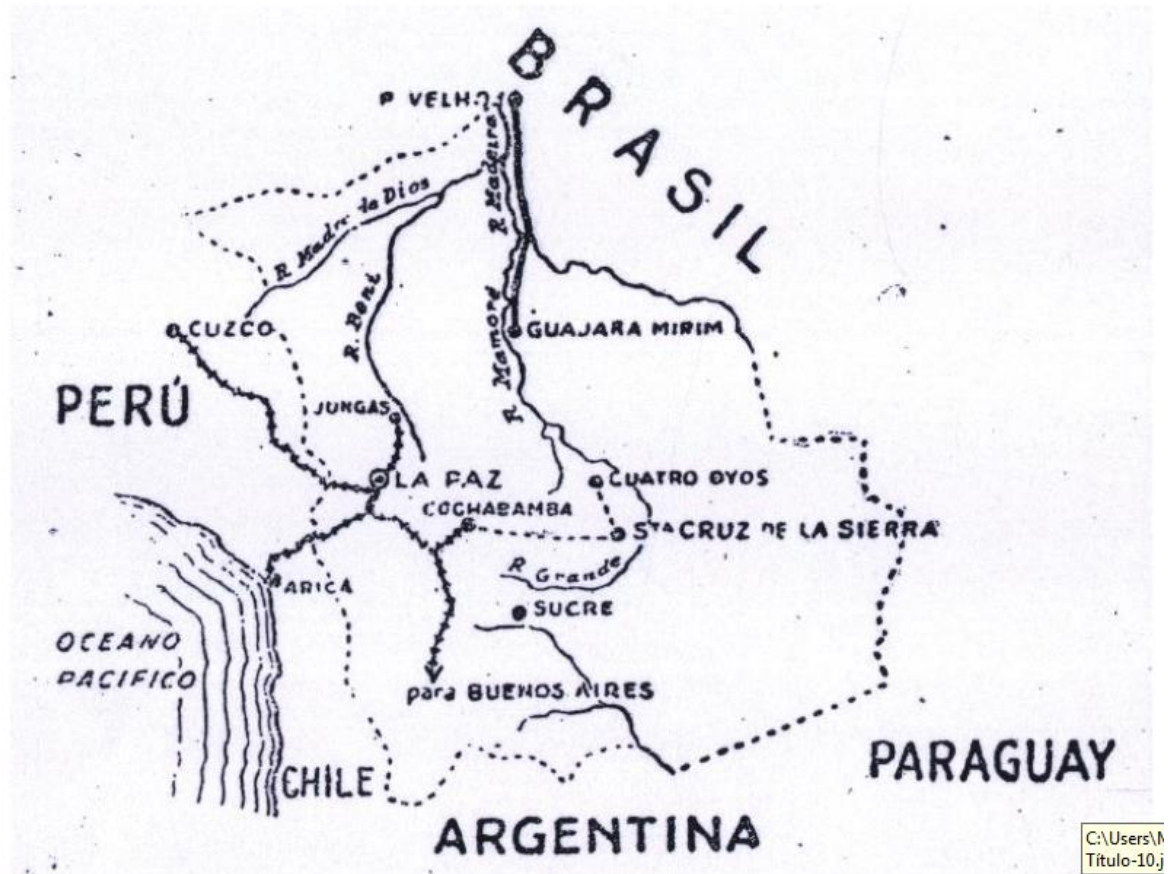
Ainda que este autor faça denúncias fortes e contundentes contra a ação dos geopolíticos e da diplomacia brasileira durante o Regime Militar, esta abordagem peca por ser economicista, ou seja, ela não leva em consideração outros fatores que penderam o balanço de poder favoravelmente ao Brasil. Por outro lado, a presença dos Estados Unidos da América no continente, único país verdadeiramente



hegemônico, com toda sua influência no destino das nações sul – americanas, age no sentido de barrar qualquer ação imperialista em sua área de ação.

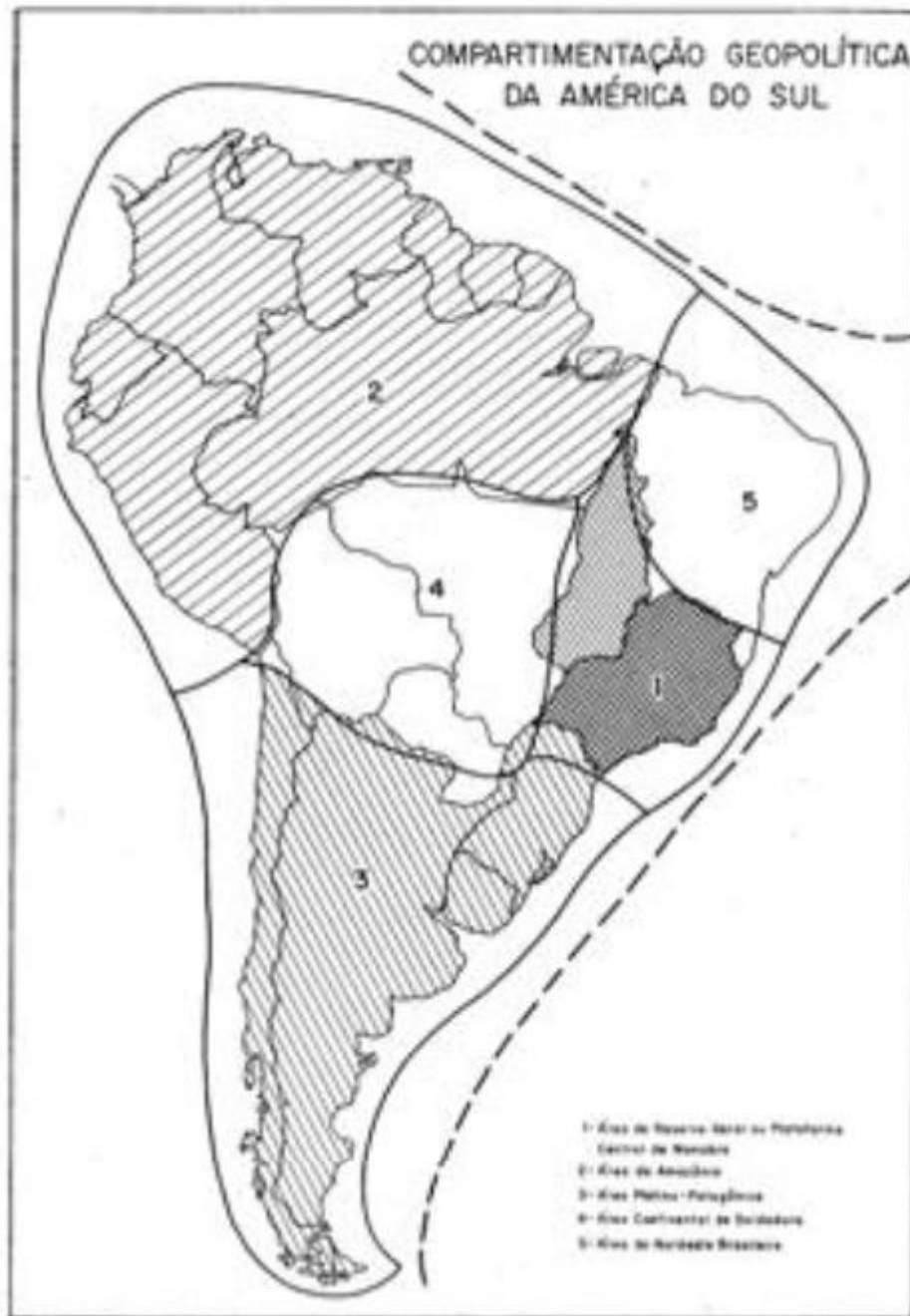
Portanto as ações protagonizadas pelos teóricos geopolíticos brasileiros tiveram profundas implicações para o andamento das relações entre os países que compõem a Bacia do Rio Prata, com suas tensões e impasses. Ainda que suas obras representem um profundo atraso teórico, intelectual e técnico, como argumentado em Costa (2013), já que elas serviram para a formulação de um projeto de poder autoritário, elas tiveram e ainda têm profunda influência nos meios estatais brasileiros na formulação e execução de sua política exterior. Outra crítica realizada é que as obras de Golbery do Couto e Silva e Mário Travassos representariam uma simples transposição dos conteúdos colocados pelos Geopolíticos clássicos para a realidade sul – americana, entretanto esta implicação em nada invalida sua importância e atualidade para compreender as ações que o Brasil toma a nível internacional e especialmente em relação aos nossos vizinhos.

FIGURA 2 – MAPA MÁRIO TRAVASSOS



Fonte: Travassos, 1935, p.43. Neste mapa aparece com clareza o Triângulo Estratégico Boliviano formado pelas cidades de Sucre – Santa Cruz de la Sierra - Cochabamba. O vértice mais ocidental do triângulo, Cochabamba vincula a Bacia do Prata a América Andina enquanto Santa Cruz de La Sierra consegue a ligação com a Bacia Amazônica.

FIGURA 3 – MAPA GOLBERY DO COUTO E SILVA



Fonte: Couto e Silva, 1967, p. 88. Neste mapa vemos a influência que a obra de Travassos exerceu em Golbery da Couto e Silva. A área de soldadura marcada com o número 4 representa uma extensão do “triângulo estratégico boliviano” desenvolvido por Travassos que representa a área de vulnerabilidade extrema onde se chocariam os interesses brasileiros e argentinos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto neste trabalho pudemos observar a importância que o pensamento geopolítico brasileiro vinculado às Forças Armadas teve e ainda tem para a inserção internacional do Brasil. Quando olhamos a questão do Prata temos que levar em conta Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva, que por meio de suas ideias, executadas por sucessivos governos brasileiros, fez com que o Brasil se tornasse preponderante no subsistema platino em detrimento da Argentina.

A Bacia do Prata constituiu o principal foco de preocupação destes dois autores, algo fundamental para compreender todo o problemático processo de negociação referente a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. As relações Brasil – Argentina sofrem uma piora considerável naquele período em virtude da disputa pela preponderância no continente. O elevado crescimento econômico brasileiro obtido fez com que este país procurasse fontes baratas para a obtenção de energia assunto importante quando se trata da soberania de um Estado – nação. Em virtude do exposto acima temos uma quebra do equilíbrio de poder com a indiscutível prevalência brasileira, além do Paraguai se tornar um “prisioneiro geopolítico”.

A ascensão da Ditadura Militar no Brasil em 1964 representou uma afirmação da Escola de Geopolítica vinculada ao Estado – Maior, do qual a Escola Superior de Guerra representava o principal centro de suas afirmações teóricas. A ideia de “Brasil Potência” ganha corpo neste período e reflete as ações tomadas nas relações com nossos vizinhos condôminos na Bacia do Rio Prata.

O Tratado de Itaipu assinado em 1973 entre Brasil e Paraguai representou a diminuição da influência argentina no país guarani e conseqüentemente o fim de sua tradicional política externa “pendular” com relação aos principais países do continente. No fim dos anos 1970, mais precisamente em 1979, o Acordo Tripartite assinado por Brasil, Paraguai e Argentina, afirmou a perda do seu domínio na Bacia do Rio da Prata. Desta maneira, as aspirações de Travassos e Golbery foram realizadas com o predomínio do Brasil nesta que sem dúvida é área de mais conturbada na América do Sul.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSEN, S.M. Geopolítica e Energia na Bacia do Prata: o caso emblemático de Itaipu. In: I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder, 2009, Curitiba. **Anais do I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder**. Curitiba: UNICURITIBA, 2009. p. 17.

\_\_\_\_\_. A Fronteira na Concepção da Geopolítica Brasileira: Entendendo a Origem dos Conflitos. In: 7º Colóquio de Transformações Territoriais da AUGM, 2008, Curitiba. **Anais do 7º Colóquio de Transformações Territoriais da AUGM**. Curitiba: UFPR, 2008.

BACKEURSER, Everardo. **A Geopolítica Geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1952, 276 p.

\_\_\_\_\_. Geopolítica e geografia política. **A Defesa Nacional** (541), 1959, p.113 – 126.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados da Bacia do Prata**. Brasília: Editora da Unb, 1995. 250 p.

BRESSER – PEREIRA, Luiz Carlos. **A Construção política do Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2015, 464p.

BIELCHOVSKI, R. **Pensamento econômico brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. Contraponto: Rio de Janeiro, 2016. 496p.

CAUBET, C. G. **As Grandes Manobras de Itaipu**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1991, 354 p.

CARVALHO, Tiago Bonfada. **Geopolítica brasileira e Relações Internacionais nos anos 1950: O Pensamento do General Golbery do Couto e Silva**. Brasília: FUNAG, 2009, 132 p.

COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL COODENADOR DOS PAÍSES DA BACIA DO PRATA – CIC. **Programa para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, Considerando os Efeitos Decorrentes da Variabilidade e Mudança do Clima.** [S.l.: s.n.], 2011. 80 p.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica.** São Paulo: EDUSP, 2013, 352 p.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. Um panorama da literatura relevante sobre Itaipu. **Meridiano 47 (UnB)**, Brasília, v. 14, p. 37-44-44, 2013.

FAJARDO, J. M. C. **Acordo Tripartite Itaipu – Corpus:** Ponto de inflexão entre a disputa geopolítica e a política de cooperação. 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós – Graduação em Ciência Política), PUC – RS, Porto Alegre, 2004.

FREITAS, J. M. C. **A Escola Geopolítica Brasileira:** Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004, 136p.

HAGE, J. A. A.. Mário Travassos e a Geopolítica Brasileira: Tensões com a Argentina e Preocupação com Imperialismos. **Revista de Geopolítica**, v. 4, p. 98-114, 2013.

LOPES, Gustavo Tonon. **Itaipu e a Bacia do Prata: dos conflitos à integração – Argentina, Brasil e Paraguai.** 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós – Graduação em Integração da América Latina), PROLAM – USP, São Paulo, 2013.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações.** São Paulo: Contexto, 1997. 91 p.

\_\_\_\_\_. **Brasil, Geopolítica e Poder Mundial – o anti – Golbery.** 118 f. Tese inédita de livre – docência, FFLCH – USP, São Paulo, 2007.

MARTINS, M. A. F. **Mário Travassos e Carlos Badia Malagrida: Dois modelos geopolíticos sobre a América do Sul.** 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós – Graduação em Integração da América Latina), PROLAM – USP, São Paulo, 2011.

MATTOS, Carlos Meira. **Brasil, Geopolítica e Destino.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975. 109p.

\_\_\_\_\_. **A Geopolítica e as projeções de poder.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977. 147p.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica e modernidade: Geopolítica brasileira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora: Rio de Janeiro, 2002. 160 p.

MELLO, L. I. A. **Argentina e Brasil: A Balança de Poder No Cone Sul.** São Paulo: Annablume, 1996. 245 p.

\_\_\_\_\_. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. 300 p.

\_\_\_\_\_. **Quem tem medo da geopolítica?** São Pulo: Hucitec, 2015, 213 p.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas**, São Paulo, v. 4, p. 75 – 92, 1981a.

\_\_\_\_\_. **O pensamento geopolítico brasileiro (1920 – 1980).** 1981. 250 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós – Graduação em Ciência Política) – FFLCH, USP, São Paulo, 1981b.

\_\_\_\_\_. **Do Discurso Triunfalista ao Pragmatismo Ecumênico (Geopolítica e Política Externa no Brasil Pós - 64).** 1985. 486 f. Teses (Doutorado – Programa de Pós – Graduação em Ciência Política) – FFLCH, USP, São Paulo, 1985.

MOODIE, A. E. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. 197p.

MORA, Frank O. Política Exterior del Paraguay: la búsqueda de la independencia y el desarrollo. In: SIMON G José Luis (comp). **Política Exterior y relaciones internacionales del Paraguay contemporaneo**. Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, Asunción, 1990, Serie Relaciones Internacionales.

PAULA, Orlando Rodrigues. Itaipu: disputas no Cone Sul nas décadas de 1960 e 1970. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v,15, n.23, p. 153 – 189, 2014.

PENHA, E. A. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do estado novo**. 199. ed. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, 1993. v. 4. 140p

ROLON, J. A. **Paraguai**: Transição democrática e política externa. 2010. 186 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós Graduação em Ciência Política) – FFLCH, USP, São Paulo, 2010.

SCHILLING, Paulo. **O Expansionismo brasileiro (a Geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamaraty)**. São Paulo: Global Editora, 1981. 266 p.

SILVA, R. A. A. **Brasil – Paraguai**: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954 – 1973. 2006. 141 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós – Graduação em Relações Internacionais), UnB, Brasília, 2006.

SILVA, Golbery do Couto. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, 266 p.

SILVA, A. C. A concepção clássica de Geografia Política. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 3, p. 103 – 107, 1984.

SOARES, T. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.



TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 206 p.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Geografia das comunicações brasileiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. 202 p.

VESENTINI, J. W. Repensando a Geografia Política. Um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 20, p. 127 – 142, 2010.

VIEIRA, Friedrich Brun. **Matrizes teóricas da geopolítica brasileira**: as contribuições de Travassos, Golbery e Meira Mattos. 2005. 278 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós – Graduação em Geografia), UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

VIGEVANI, T; JÚNIOR, H. R. Pensamento Brasileiro e Integração Regional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n.2, p. 437 – 487, julho/dezembro 2010.

VIZENTINI, P. F. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. 409 p.

VLACH, V. R. F. Notas preliminares acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 1-14, 2002.